



AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Tatiane Menezes Santana[i]

Heike Schmitz[ii]

Eixo temático: 1. Educação e Políticas Públicas

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Objetivou-se verificar a eficácia do PNAE em uma escola da educação básica da rede municipal de Aracaju, Sergipe. A pesquisa delimitou-se à observação de três dimensões: os atores escolares responsáveis pela alimentação, a qualidade das refeições servidas e as ações de educação alimentar e nutricional. Após uma análise bibliográfica e documental, seguiu-se ao estudo de caso, a fim de avaliar a operacionalização do Programa em uma instituição de ensino, por meio de observações, entrevistas e formulários. Notaram-se várias discrepâncias entre a proposta do Programa e sua implementação. Constatou-se, dentre os principais resultados, que problemas na gestão do Programa dificultavam a sua operacionalização na escola.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Avaliação de dada política. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Abstract

The present work has as object of study the National Program of School Food (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE). Aimed to verify the effectiveness of the PNAE in a municipal elementary school of Aracaju-Sergipe. The research was delimited to the observation of three dimensions: the school actors responsible for the feeding, the quality of meals served and the actions of food and nutrition education. After a bibliographical and documental analysis, followed the case study, to evaluate the operation of the Program in an education institution, through observations, interviews and forms. Noted several discrepancies between the Program proposal and its implementation. It was found, among the main results, that problems in the Program managing hindered its operation in school.

Keywords: School food. Policy analyses. National Program of School Food (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE).

Introdução

O presente trabalho tem como objeto de estudo a política pública de financiamento da alimentação escolar: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[iii]. A escolha do tema deu-se por dois motivos. O primeiro se referiu ao descaso com a alimentação escolar, percebido durante os estágios extracurriculares em instituições públicas de ensino. Notou-se, a forma desumana de distribuição do lanche, a pequena quantidade de comida servida, a monotonia dos cardápios e a ausência de incentivo ao consumo de alimentos mais saudáveis.

O segundo motivo correspondeu ao número elevado de casos nacionais de improbidade administrativa relacionada à alimentação escolar. Só no estado de Sergipe, constatamos quatro denúncias, conforme as notícias do *site* da Procuradoria Geral da República (órgão vinculado ao Ministério Público Federal)[iv]. Houve denúncia contra o ex-secretário estadual de educação pelo desvio de verbas e de 123 toneladas de carnes destinadas às escolas estaduais no ano de 2006. O ex-prefeito da cidade de Porto da Folha (SE) foi

processado pelo desvio de aproximadamente R\$ 128,8 mil em 2009. O ex-prefeito de Salgado (SE) foi condenado pelo desvio de R\$ 94 mil do Programa de Alimentação. E o ex-prefeito da cidade de Divina Pastora (SE) foi recomendado a pagar o depósito pendente para a reposição do estoque da escola.

Diante das experiências vivenciadas nos estágios e das notícias de desvio da merenda, decidiu-se averiguar o funcionamento do Programa. Por isso, esta pesquisa propôs verificar a eficácia do PNAE em uma escola de educação básica da rede municipal de ensino de Aracaju (Sergipe). Especificamente, objetivou-se a apresentação das principais propostas do Programa e a análise da operacionalização da referida política.

O cumprimento desses objetivos exigiu a realização de diferentes tipos de pesquisa. No caso do primeiro, fez-se um levantamento documental e bibliográfico acerca das propostas, diretrizes e funcionamento do PNAE. Os estudos de Arretche (2007) e Valeriani (2011), a Constituição de 1988, a Lei nº 11.947/09 e a Resolução nº 38/09 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) forneceram o embasamento teórico.

Para a realização do segundo objetivo específico, adotou-se um estudo de caso de natureza quali-quantitativa. Com base nas diretrizes e princípios fixados para o Programa, foram delimitadas três dimensões a serem observadas: a) os atores escolares responsáveis pela alimentação escolar, como a cozinheira, auxiliares de serviços gerais e as coordenadoras geral, administrativa e pedagógica; b) a qualidade das refeições oferecidas, envolvendo os processos de armazenamento, preparo, distribuição e aceitabilidade dos alimentos; e c) as ações de educação alimentar e nutricional. Tal estudo abrange, portanto, uma análise da infraestrutura da instituição; a observação diária das refeições servidas e das ações de educação alimentar e nutricional; a execução de entrevistas com as coordenadoras e cozinheira; e a aplicação de formulários aos alunos.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de visitas diárias no período de 6 a 23 de novembro de 2012, no turno da manhã e envolveu os estudantes do Ensino Fundamental I, as coordenadoras e a cozinheira.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira aborda brevemente o conceito de avaliação de política para esclarecer a abordagem aqui adotada. A segunda seção apresenta a proposta do PNAE. A terceira expõe os principais resultados e discute a operacionalização do Programa na escola participante desta pesquisa. Conclui-se o artigo com as considerações finais baseadas nos resultados do estudo.

1. Avaliação de política pública

Antes de analisar a operacionalização do PNAE na escola pesquisada, é preciso entender o conceito de avaliação. Segundo Stolarski (2005 *apud* VALERIANI, 2011), a avaliação de política pública surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960. Sua origem foi influenciada pela necessidade de examinar os impactos das intervenções estatais e de corrigir possíveis falhas de políticas. Tal prática despontou no Brasil apenas na década de 1980.

Como destaca Arretche (2007), a avaliação é considerada uma das etapas constitutivas de uma política pública, efetuada como tal após a implantação do programa, a fim de verificar a necessidade de reformulação. Nas palavras de Valeriani (2011, p. 36), a avaliação “permite visualizar o que está e não está funcionando, o que deve ou não ser mantido”. Dessa forma, como conceitua Arretche (2007), avaliar significa atribuir um valor, um juízo de aprovação ou reprovação sobre determinado objeto.

A avaliação de uma dada política pública pode ser feita a partir de três focos: da efetividade, da eficácia e da eficiência. A avaliação da eficácia visa estudar o cumprimento das metas propostas pela política pública, relacionando-as com as metas alcançadas. Nesse tipo de avaliação, pode ser examinado também se os instrumentos previstos foram, na prática, utilizados. A avaliação da eficiência, por sua vez, analisa o esforço empregado durante a implantação de determinado programa para a obtenção dos resultados. Já a avaliação da efetividade objetiva averiguar as mudanças, positivas ou negativas, provocadas pela ação pública (ARRETCHÉ, 2007).

A avaliação de política não é um fim em si, mas dá suporte para julgar se um programa está (ou não) funcionando como previsto e, ao mesmo tempo, fornecendo dados relevantes para os processos de tomada de decisão sobre a continuação ou necessária reformulação do programa. Neste sentido, espera-se, de forma modesta, que esta pesquisa possa contribuir com as reflexões acerca da política em prol da alimentação escolar.

2. Funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A alimentação é um direito social do homem assegurado pela Constituição brasileira de 1988 e outros textos legislativos. De acordo com a Carta Magna, em seu artigo 208, inciso VII, constitui dever do Estado a garantia da alimentação escolar em todas as etapas da

educação básica, por meio de programas suplementares de atendimento ao educando. Tais programas suplementares devem ser financiados com recursos orçamentários ou oriundos de contribuições sociais, conforme o artigo 212, parágrafo 4º, inciso VII, da Constituição. O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um exemplo de política pública brasileira de financiamento da alimentação escolar.

Tal Programa surgiu de iniciativas assistencialistas governamentais e filantrópicas de distribuição de alimentos às escolas. Criado oficialmente em 1955, o PNAE visa atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos educandos.

As principais características do Programa, relativas ao seu funcionamento, podem ser encontradas na Lei nº 11.947, instituída em 2009, e na Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009, do Conselho Deliberativo (CD) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

2.1 A Lei nº 11.947/09

Na Lei nº 11.947/09, são apresentadas diretrizes da alimentação escolar, a responsabilidade estatal em prestar tal serviço e as formas de aquisição dos alimentos através do PNAE. Em seu primeiro artigo, encontra-se a definição de alimentação escolar “[...] todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.” (BRASIL, 2009a). No artigo 2º, tal Lei destaca as diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, **em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;**

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

[...]

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, 2009a, grifo nosso).

A responsabilidade legal do Poder Público em relação à alimentação escolar está prevista nos artigos 3º e 17 da Lei nº 11.947/09. De acordo com esses dispositivos, cabe ao Governo não só ofertar a alimentação aos educandos durante o período letivo, mas também promover, nas unidades de ensino, iniciativas de formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da educação alimentar, ambiental e sanitária; proporcionar pesquisas que avaliem as ações ligadas à alimentação escolar; e possibilitar a capacitação dos profissionais envolvidos com o PNAE.

2.2 A Resolução nº 38 do FNDE

As diretrizes do PNAE – o emprego da alimentação saudável e adequada; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; e o apoio ao desenvolvimento sustentável – também podem ser encontradas no artigo 3º da Resolução nº 38 do FNDE.

Além disso, o documento aborda as propostas de educação alimentar e nutricional; as medidas para o controle da qualidade da alimentação; e as formas de gestão, atuação do Conselho, aquisição dos gêneros alimentícios, repasse e utilização dos recursos, fiscalização e prestação de contas, apontando a descentralização das ações e a articulação entre as esferas do governo, através de um regime de colaboração.

De acordo com o artigo 13 da Resolução, a educação alimentar e nutricional corresponde ao conjunto de ações formativas que estimulam a adoção voluntária de práticas alimentares saudáveis e contribuem para a aprendizagem, saúde e qualidade de vida do aluno. Para desenvolver tais ações, são sugeridas, ainda no referido artigo, algumas estratégias. Dentre elas, destacam-se: “**oferta da alimentação saudável** na escola, a implantação e manutenção de hortas escolares pedagógicas, a **inserção do tema alimentação**

saudável no currículo escolar [...]” (BRASIL, 2009b, p. 6, grifo nosso).

A responsabilidade de organização dessas ações, segundo o artigo 14, é atribuída ao nutricionista habilitado. Conforme explícito no documento, as funções desse profissional correspondem à coordenação do diagnóstico e monitoramento do estado nutricional dos educandos; ao planejamento do cardápio da alimentação escolar, em consonância com a cultura alimentar, perfil epidemiológico e vocação agrícola da região; ao acompanhamento do Programa, desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação; e à proposição e realização de ações de educação alimentar nas instituições.

Em relação ao cardápio, a Resolução exige o cumprimento da quantidade de nutrientes estabelecidos. Como consta no artigo 15, os cardápios devem ofertar, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana. Já no artigo 17, encontram-se algumas restrições quanto à aquisição dos gêneros alimentícios com os recursos do FNDE. De acordo com a Resolução, é proibida a compra de bebidas com baixo teor nutritivo, como refrigerantes, refrescos artificiais e semelhantes. Assim como também não devem ser adquiridas preparações prontas (ou semiprontas) para o consumo e alimentos enlatados, doces, embutidos, concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição) e compostos (alimentos embalados separadamente para consumo conjunto), com quantidade elevada de sódio ou gordura saturada.

Outro destaque da Resolução é a preocupação com a qualidade da alimentação escolar. De acordo com o artigo 25, os gêneros adquiridos devem ser submetidos ao controle de qualidade. Tal avaliação será feita com base na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Conforme o parágrafo 3º do artigo citado, as medidas de controle da qualidade também devem ser aplicadas no transporte, armazenamento e preparo dos alimentos.

A partir das informações referentes ao funcionamento do PNAE, percebe-se a mudança de sentido das políticas públicas referentes à alimentação escolar. Originário de uma concepção puramente assistencialista, o Programa assumiu o caráter obrigatório de dever do Estado e de direito do aluno. Além desse novo significado, o PNAE adquiriu nova abrangência, transformando-se em uma política que não visa apenas o fornecimento de gêneros alimentícios, mas a adoção de medidas de educação alimentar e nutricional, incentivando a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Despertou-se o interesse em verificar se tal mudança se manifestava na escola participante da pesquisa.

3. Principais resultados

A instituição escolhida para o estudo de caso estava localizada no bairro Novo Paraíso, no município de Aracaju/SE. A unidade de ensino contava com sessenta e sete professores, dezoito estagiários, quatro coordenadores, sete auxiliares administrativos, duas cozinheiras, quatro porteiros e seis auxiliares de serviços gerais. Em relação ao número de estudantes, a escola possuía 1.146 alunos matriculados, distribuídos entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Só do nível Fundamental I, constatarem-se 468 educandos, incluindo os turnos matutino e vespertino. Para fins de preservação da identidade dos funcionários e alunos, denominamos a unidade de ensino de “Escola A”.

Havia quatro ambientes diretamente relacionados à alimentação escolar: a cozinha, o depósito de alimentos, a sala de refrigerados e o pátio. A cozinha era um espaço amplo, com circulação de ar e iluminação naturais. O local possuía três grandes janelas laterais, todas com grade de ferro. Existiam três pias, uma geladeira, um freezer e dois fogões com seis bocas.

O depósito de alimentos ficava próximo à cozinha. Tratava-se de um ambiente seco e iluminado naturalmente. A sala de refrigerados ficava ao lado da despensa. Havia quatro freezers, duas geladeiras inutilizadas e prateleiras espelhadas pelo local. O ambiente era iluminado naturalmente e possuía pouca circulação de ar.

Entre os prédios da escola, ficava o pátio. Este era um ambiente amplo, ventilado e iluminado naturalmente. Na parte coberta do local, havia uma pia e bebedouro. O pátio não possuía apenas a finalidade recreativa. Seu espaço também era utilizado para a distribuição e consumo da alimentação escolar.

A análise da operacionalização do PNAE na referida escola enfatizou as três dimensões abordadas anteriormente, isto é: os atores escolares responsáveis pela alimentação escolar, a qualidade das refeições e as ações de educação alimentar e nutricional.

3.1 Atores escolares responsáveis pela alimentação escolar

A cozinheira, a qual possuía um tempo significativo de trabalho na área, confirmou que já havia participado de cursos de capacitação promovidos pela Secretaria Municipal. Ela alegou ter aprendido sobre quantidade, higiene (pessoal, da cozinha e dos alimentos),

segurança (como o cuidado com os fogões, panelas grandes) e algumas advertências (como não usar bijuteria).

No entanto, durante a pesquisa, observou-se a falta de atenção da funcionária quanto a esses quesitos. Notou-se a utilização de bijuterias (brincos e anel), a ausência de luvas para a manipulação dos alimentos, o comprimento inadequado das unhas e a indevida higienização das mãos, dos gêneros e dos equipamentos.

As auxiliares de serviços gerais também apresentaram um comportamento inadequado no que se refere à alimentação escolar. Comumente, tais servidoras manuseavam os alimentos sem a utilização de qualquer material antisséptico, como luvas, avental e touca para cabelo. Além disso, era recorrente o uso de bijuterias e os hábitos precários de higiene, seja para lavar as mãos, mantimentos ou utensílios.

As atitudes das auxiliares e cozinheira violavam o regulamento de práticas para serviços de alimentação, presente na Resolução nº 216 da ANVISA, contrariavam o ensinamento dos cursos de capacitação e indicavam a necessidade de avaliação destes. Além disso, apontavam a necessidade de fiscalização e orientação por parte da gestão escolar.

Quanto às coordenadoras, contactou-se, durante a pesquisa, que elas não supervisionavam nem orientavam as tarefas diárias das funcionárias. Mesmo sendo um de seus deveres, a direção não exigia o cumprimento das normas referentes à manipulação dos alimentos.

Acerca da relação da “Escola A” com os responsáveis pelo Programa dos órgãos municipais, foi relatado apenas o contato com o Departamento de Alimentação Escolar (DAE), principalmente, através da estagiária de Nutrição. No entanto, segundo a diretora da unidade de ensino, fazia um bom tempo que ela não aparecia e sequer uma justificativa foi enviada.

3.2 Qualidade das refeições

No que se refere ao armazenamento dos gêneros, observou-se algumas práticas não condizentes com as normas básicas de higiene. No depósito, por exemplo, havia mantimentos próximos às paredes, sujeitos à intervenção da umidade; alimentos fora do prazo de validade; e poeira e insetos nas prateleiras e paredes. Além disso, o espaço não contava com circulação de ar natural e o ventilador disposto no local dificilmente era mantido ligado.

Apesar da constante limpeza feita pelas funcionárias, eram evidentes as precárias condições higiênico-sanitárias do ambiente de preparo da alimentação. A cozinha da “Escola A” apresentava rachaduras no piso, nas paredes e no armário; desgaste na pintura; vazamento na pia; equipamentos e utensílios velhos; e ferrugem no fogão e no freezer. Soma-se a isso a constante presença de moscas no local. Tais condições comprometiam a segurança de higiene durante a produção de alimentos e contrariavam as normas da ANVISA.

Verificou-se, ainda, na cozinha, a inexistência de lavatórios exclusivos para a higienização das mãos. As prestadoras asseavam as mãos nas pias utilizadas para o preparo do lanche. A falta de papel toalha e sabonete líquido também dificultavam o processo de limpeza. Constatou-se, novamente, o descumprimento das práticas de asseio para manipulação de alimentos.

Quanto à distribuição da comida e bebida nos recipientes, notou-se a aleatoriedade desta. Alguns copos continham mais suco, certos pratos possuíam mais sopa ou cuscuz e determinados alunos recebiam mais biscoitos que seus colegas. O fato revelou o desrespeito às particularidades físicas e biológicas dos educandos. Isso significou o descumprimento das diretrizes do PNAE.

Enquanto as funcionárias serviam a sopa, cuscuz e macarrão em pratos ou potes – a depender da disponibilidade –, os biscoitos dos tipos “Cream cracker” e “Maria” eram passados das mãos das prestadoras para as dos alunos, sem qualquer utensílio. A forma de distribuição dos biscoitos presenciada durante a pesquisa refletiu o descumprimento das regras básicas de manipulação dos alimentos impostas pela ANVISA, o desrespeito ao direito à alimentação adequada, o despreparo das funcionárias e a convivência da coordenação.

Durante o horário do lanche, percebeu-se que os alunos ficavam expostos ao sol enquanto aguardavam a sua vez de pegar a refeição. Os estudantes recebiam a alimentação diretamente das mãos da cozinheira, através de um espaço na grade de ferro da janela. A forma como o lanche era entregue aos educandos poderia ser considerada um tratamento desumano ou degradante.

Como não havia mesas e cadeiras no refeitório da escola, os alunos se alimentavam em pé ou sentados nos poucos bancos existentes no pátio ou, até mesmo, no chão. A ausência de um espaço adequado e confortável para as crianças comerem também caracterizou uma infração à proposta do Programa.

Quanto às refeições, apenas um tipo de lanche era preparado para todos os alunos, desrespeitando as necessidades biológicas de cada criança e faixa etária. Tal unificação contrariava uma das diretrizes do Programa, presente na Resolução nº 38 do FNDE. Do total de

lanches servidos, metade se referiu a gêneros industrializados prontos para o consumo, incluindo até as bebidas. A outra metade, por sua vez, correspondeu a refeições elaboradas pela cozinheira. Não houve, no período desta pesquisa, distribuição de frutas e não presenciamos a chegada de alimentos correspondentes ao cardápio oficial (formulado pela nutricionista do município).

Verificou-se a dificuldade em cumprir o cardápio elaborado pela nutricionista devido à falta de informação sobre a data de chegada dos produtos, o perecimento dos gêneros e a própria falta de alimentos no estoque. Vale ressaltar, neste contexto, que o município de Aracaju optou pelo *modus operandi*, o qual prevê a entrega dos alimentos escolares. A escola não possuía autonomia para a aquisição dos mantimentos.

Em relação à aceitabilidade, os alunos elegeram, por meio dos formulários, a broa de milho e o cuscuz com carne como alimentos favoritos. Já a sopa e o biscoito “Cream cracker” corresponderam aos lanches mais rejeitados. De acordo com a maioria dos consultados, a escola deveria oferecer pizza como refeição. Tal escolha foi justificada com base apenas no paladar. Esses resultados indicam a necessidade de maior conscientização sobre uma alimentação saudável por parte dos estudantes.

3.3 Ações de educação alimentar e nutricional

Quanto às ações de educação alimentar e nutricional, não foi constatada a existência de propostas educativas referentes à alimentação. Os alunos comiam e brincavam no mesmo intervalo. O lanche era distribuído aos educandos sem qualquer orientação nutricional, tanto por parte dos docentes quanto das funcionárias. E as crianças não eram incentivadas a ingerir alimentos mais saudáveis. Nem houve estímulo aos hábitos de higiene pessoal, como escovar os dentes e lavar as mãos.

A fim de verificar o trabalho dos professores a respeito da alimentação escolar, analisaram-se cinco diários de classe referentes à disciplina de Ciências. Destes, apenas um continha, explicitamente, a abordagem sobre alimentação saudável. Entretanto, nas observações diárias, foram presenciadas atitudes não condizentes com o propósito da alimentação saudável, como o alto índice de produtos industrializados que os alunos levaram para lanche na escola. Tampouco o Projeto Político Pedagógico (PPP) da “Escola A”, vigente desde 2006, contemplava a educação alimentar e nutricional como objetivo ou conteúdo curricular. Fatos que contrariavam a Resolução nº 38 do FNDE.

Além disso, constatamos: o hábito de não jogar os restos, seja de comida ou embalagens, no lixo; o desperdício de comida.

Considerações finais

O despreparo da cozinheira e auxiliares de serviços gerais, as falhas no modo de estocagem e o descumprimento de regras básicas de manipulação de alimentos fazem questionar a eficácia dos cursos de capacitação e desejar um monitoramento mais rigoroso das instituições, seja por parte da própria gestão escolar ou por órgãos municipais responsáveis pela alimentação escolar.

É preciso, ainda, que o Poder Público registre as precárias condições higiênico-sanitárias da cozinha, a ausência de refeitórios e a forma desumana de entrega da alimentação para dar o suporte financeiro necessário à reforma da escola. Além disso, medidas devem ser tomadas para viabilizar a execução do cardápio elaborado pela nutricionista do município, já que a escolha da alimentação dependia dos produtos enviados e daqueles existentes no estoque.

Durante as doze visitas diárias, constatou-se um alto índice de gêneros industrializados prontos para o consumo e a ausência de frutas. Tal fato demonstrou o baixo teor nutritivo dos lanches servidos. Não foram ofertadas refeições saudáveis, adequadas e variadas, de acordo com a faixa etária, sexo, atividade física e estado de saúde dos educandos. A aquisição dos gêneros alimentícios não seguia o cardápio elaborado pela nutricionista. As refeições servidas não continham o mínimo de porções de frutas e hortaliças exigidas. A inexistência da oferta de uma alimentação saudável e a ausência de estímulo ao consumo desse tipo de lanche não são justificáveis, visto que constitui um dos compromissos da escola com o PNAE.

Devido à ausência de um refeitório e de um tempo destinado somente à refeição, os alunos não puderam se dedicar adequadamente ao momento do lanche. No que diz respeito à educação em prol da alimentação saudável, exige-se, na prática, uma educação cotidiana e não apenas uma tematização em sala de aula. A ausência de orientações nutricionais no momento da refeição, o desperdício de lanches, o hábito de não usar a lixeira, a ausência de práticas de higiene significaram oportunidades perdidas para a educação do alunado.

Conforme a documentação escolar, a educação alimentar e nutricional não estava incluída no processo de aprendizagem. A omissão do Projeto Político Pedagógico da instituição quanto à temática reflete a falta de conscientização da comunidade escolar e local, representada, entre outros, pelos pais das crianças. A ausência de um agir coletivo, neste sentido, prejudica a educação alimentar e

nutricional dos estudantes.

Apesar de o atual regulamento do Programa prever outros objetivos além da oferta do lanche – como a inclusão da educação alimentar e nutricional no currículo escolar, o estímulo à formação de hábitos alimentares saudáveis, a garantia de uma alimentação adequada, o acompanhamento do estado nutricional dos alunos e a capacitação dos recursos humanos envolvidos –, verificou-se, na prática, apenas o abastecimento da instituição com gêneros alimentícios. Conclui-se, desta forma, que os dados levantados durante a pesquisa de campo revelaram o não cumprimento das metas postuladas pelo PNAE, questionando-se, consequentemente, a eficácia desse Programa na “Escola A”.

Vale concluir refletindo sobre como o sistema da educação pública, que se vê diante o desafio de oferecer um ensino em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica, cumprirá suas responsabilidades, no tocante à alimentação escolar, se já não consegue garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos em apenas um turno, como demonstrado nesta pesquisa.

Referências

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 29-39.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: . Acesso em: 13 ago. 2012.

_____. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 16 de junho de 2009a. Disponível em: . Acesso em: 13 ago. 2012.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, de 16 de julho de 2009b. Disponível em: . Acesso em: 13 ago. 2012.

VALERIANI, Thaís de Souza Machado. **A gestão escolarizada do Programa de Alimentação Escolar no Estado de Goiás**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo, 2011. Disponível em: . Acesso em: 19 jan. 2013.

[i] Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) – tati.mss@hotmail.com

[ii] Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Grupo de pesquisa em Avaliação, política, gestão e organização da educação (APOGEU) – pesquisa.apoge@gmail.com

[iii] Este artigo apresenta resultados oriundos da pesquisa monográfica da autora, intitulada “Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): um estudo de caso em uma escola da rede municipal de Aracaju/SE”, sob orientação da professora Dr.^a Heike Schmitz.

[iv] Disponível em: . Acesso em: 16 mar. 2013